

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2934153120201211171505

Processo 0813964-83.2020.8.23.0010 ☆ - (196 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado☐ Servidor☐ Advogado☐ Membro MP☐ Defensor☐ Procurador☐ Outros☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos☐ Sem Arquivo☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado☐ Advogado NPJ☐ Entidades Remessa☐ Magistrado☐ Procurador☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

59 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 59

500 por pág. 1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div></div> 59	11/12/2020 17:15:05	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (09/11/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div>59.1 Arquivo: PetiçãoAss.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO2726294PETICAOINTERLABANDONOAUTOR01.pdfPúblico</div>			
58	08/12/2020 09:04:23	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 09/12/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 53) JUNTADA DE CERTIDÃO (09/11/2020) e ao evento de expedição seq. 57.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
57	30/11/2020 18:16:43	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 53) JUNTADA DE CERTIDÃO (09/11/2020)	EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
56	28/11/2020 00:05:37	DECORRIDO PRAZO DE FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA (P/ advgs. de FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA *Referente ao evento (seq. 53) JUNTADA DE CERTIDÃO (09/11/2020) e ao evento de expedição seq. 54.	SISTEMA CNJ
55	20/11/2020 00:01:50	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA) em 19/11/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 53) JUNTADA DE CERTIDÃO (09/11/2020) e ao evento de expedição seq. 54.	SISTEMA CNJ
54	09/11/2020 16:12:29	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 53) JUNTADA DE CERTIDÃO (09/11/2020)	DIEGO MARCELO DA SILVA Analista Judiciário
<div></div> 53	09/11/2020 16:12:21	JUNTADA DE CERTIDÃO	DIEGO MARCELO DA SILVA Analista Judiciário
<div></div> 52	26/10/2020 14:32:06	JUNTADA DE CERTIDÃO	GEORGIA NIAIDE ELUAN PERONICO Analista Judiciária
<div></div> 51	23/09/2020 17:03:30	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (14/09/2020)	MARLON TAVARES DANTAS Advogado
50	23/09/2020 16:58:41	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA) em 23/09/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (14/09/2020) e ao evento de expedição seq. 41.	MARLON TAVARES DANTAS Advogado
49	23/09/2020 15:20:06	LEITURA DE MANDADO REALIZADA MANDADO lido em 23/09/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 43) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (15/09/2020 13:18:27). Parte: FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA	EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
<div></div> 48	23/09/2020 10:45:13	RETORNO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 43) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (15/09/2020 13:18:27). Parte: FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA	MAURO ALISSON DA SILVA Oficial de Justiça
47	23/09/2020 00:01:28	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (14/09/2020) e ao evento de expedição seq. 40.	SISTEMA CNJ
46	18/09/2020 00:03:51	DECORRIDO PRAZO DE FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA (P/ advgs. de FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA *Referente ao evento (seq. 32)	SISTEMA CNJ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08139648320208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO ADELMO DO CARMO SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem informar e requerer o que segue:

Inicialmente cumpre esclarecer que foi designada perícia médica para apurar o grau de invalidez sofrido pela parte autora em decorrência do acidente noticiado.

Em continuidade, foi expedido mandado de intimação para que a vítima comparecesse no dia e no local designado para realizar a perícia médica.

É importante destacar que a realização da perícia é um ato indispensável ao deslinde da demanda, na medida em que o pagamento deve ser realizado de forma proporcional ao grau de invalidez, verificando-se o membro afetado, bem como a intensidade da sequela, consoante enuncia o art. 3º da Lei n.º 6.194/74 e Súmula nº 474 do STJ.

Entretanto, conforme se verifica nos autos, a parte autora **não compareceu para a realização da perícia designada, EMBORA INTIMADA PESSOALMENTE!**

Assim, deixando a parte autora de comparecer injustificadamente à perícia médica previamente designada, embora devidamente intimado para tanto, é de se considerar preclusa prova técnica indispensável para o destame da questão.

Neste sentido são os recentes entendimentos firmados pelos Tribunais pátrios. Vejamos:

“APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. PERÍCIA MÉDICA. INTIMAÇÃO REALIZADA NO ENDEREÇO CONSTANTE NA INICIAL. NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. ÔNUS DA PROVA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1 - A Lei nº. 6.194/74, com as modificações inclusas pela Lei nº. 8.441, de 13 de julho de 1992, determina que o Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente deve quantificar as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins do seguro previsto, através de laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, conforme preceito do art. 5º, §5º, do citado dispositivo normativo. 2 - Vislumbra-se nos autos que foi proferida decisão pelo Juízo monocrático designando data para

realização de exame pericial e tentativa de conciliação, tendo o magistrado determinado a intimação da autora por carta com aviso de recebimento. 3 - No caso concreto, a parte autora foi intimada, por Aviso de Recebimento AR, no endereço constante como sendo o de sua residência. Ressalta-se que o aviso de recebimento não precisa, necessariamente, ser assinado pela autora para dar validade a sua intimação, mas tão somente a remessa da via postal ao endereço apontado na exordial. 4 - Assim, deixando a parte promovente de comparecer injustificadamente à perícia médica previamente designada para aferição do grau de invalidez decorrente de acidente de trânsito, embora devidamente intimada para tanto, é de se considerar preclusa a prova imprescindível para a constatação da referida incapacidade, razão pela qual deve ser mantida a improcedência da ação. 5 - Apelação cível conhecida e desprovida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima indicadas, ACORDA a 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO para NEGAR-LHE PROVIMENTO. (Relator TEODORO SILVA SANTOS; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 14ª Vara Cível; Data do julgamento: 29/08/2018; Data de registro: 30/08/2018).”

Não é outro o entendimento do Tribunal do Rio Grande no Norte, *in verbis*:

“PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. PROVA ESSENCIAL À GRADUAÇÃO DA LESÃO. PARTE AUTORA QUE, APESAR DE INTIMADA, NÃO COMPARECEU À PERÍCIA DESIGNADA PELO JUÍZO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO DA PROVA. TESE AFASTADA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. A prova da condição de invalidez permanente causada por acidente de trânsito é requisito necessário para ensejar o pagamento da indenização prevista no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74. 2. Tendo havido a intimação pessoal da parte para comparecer à perícia bem como a sua ausência sem qualquer justificativa, denota-se que não houve êxito em comprovar os fatos e fundamentos constitutivos do seu direito, a teor do disposto no artigo 373, inciso I, do CPC/2015. 3. Precedentes do TJRN (AC nº 2018.003918-5, Relª. Desª. Judite Nunes, 2ª Câmara Cível, j. 19/06/2018; AC nº 2017.008898-9, Rel. Des. Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 17/10/2017). 4. Recurso conhecido e desprovido. (Apelação Cível nº 2017.016704-1; 2ª Câmara Cível do TJRN, Relator Desembargadora Judite Nunes – Data de Julgamento: 21/08/2018).”

Sendo assim, tendo em vista que a parte autora não se apresentou para a realização da perícia, o que restou preclusa a oportunidade para realização de prova pericial, deixando de comprovar o ônus que incumbia-lhe, requer a **IMPROCEDÊNCIA** da presente demanda, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 9 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

